

Superior Tribunal de Justiça

**TutPrv no RE nos EDcl no MANDADO DE SEGURANÇA Nº 20.070 - DF
(2013/0113463-3)**

RELATORA : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
REQUERENTE : UNIÃO
REQUERIDO : EDGAR TEIXEIRA DE SOUZA
ADVOGADO : JACKSON VIANA - MG113998

DECISÃO

Cuida-se de pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União, que se encontra sobrestado em razão da existência de repercussão geral da matéria, qual seja, a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública, quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei nº 9.784/1.999 (**Tema 839**). Veja-se:

Direito Constitucional e Administrativo. Segurança concedida para declarar a decadência de ato da Administração por meio do qual se anulou portaria anistiadora. Análise quanto à existência ou não de frontal violação do art. 8º do ADCT. Julgamento de tese sobre a possibilidade de um ato administrativo, caso evidenciada a violação direta do texto constitucional, ser anulado pela Administração Pública quando decorrido o prazo decadencial previsto na Lei n.º 9.784/99. Matéria dotada de repercussão econômica e jurídica. Questões suscetíveis de repetição em inúmeros processos. Repercussão geral reconhecida. (RE 817.338 RG, Rel. Min. DIAS TOFFOLI, DJe 8/10/2015.)

Narra a União que, paralelamente ao *mandamus* a que se refere esta petição, "a parte autora impetrou outro Mandado de Segurança, já em fase de execução número ExeMS 11891/DF, apontando omissão do Ministro de Estado da Defesa quanto ao pagamento do valor retroativo previsto na portaria de anistia. A ordem foi concedida pela C. Seção do STJ, que condenou a União a cumprir a reparação econômica pelo valor nominal" (fl. 1.147).

Transitado em julgado o acórdão, deu-se início à execução do MS 11891/DF, tendo sido indeferido o pedido de suspensão formulado pela União nos autos da execução.

Afirma a peticionária que a única forma de sustar a expedição da requisição de pagamento seria mediante a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário interposto pela União neste mandado de segurança.

Ressalta que o Supremo Tribunal Federal tem vários precedente afastando a aplicabilidade da decadência prevista no art. 54 da Lei nº 9.784/99 quando trata a Administração de invalidar atos flagrantemente inconstitucionais.

E o Conselho Nacional de Justiça dispõe, no parágrafo único do art. 91 do seu Regimento Interno, que o direito à revisão dos atos administrativos está sujeito ao prazo decadencial de cinco anos, salvo quando houver afronta direta à Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

Requer, pois, "i) a concessão de medida liminar *inaudita altera pars*, para atribuir efeito suspensivo ao sobrestado recurso extraordinário por ela interposto nestes autos tendo em vista o preenchimento dos requisitos previstos no art. 995, parágrafo único, do CPC/2015; ii) ao final, o julgamento de procedência deste pedido para que se conceda efeito suspensivo ao recurso extraordinário da União, até seu julgamento final" (fl. 1.157).

É o relatório.

Cumpre registrar, de início, que o recurso extraordinário interposto pela requerente encontra-se sobrestado, sendo certo que a Suprema Corte reconheceu a existência de repercussão geral a respeito da aplicação ou não do prazo decadencial para a anulação da concessão de anistia (tema 839/STF).

Desse modo, estando sobrestado o presente recurso extraordinário, compete a esta Vice-presidência examinar a presença dos requisitos necessários à atribuição de efeito suspensivo ao acórdão recorrido.

Posto isso, é cediço que a concessão de efeito suspensivo exige a presença cumulativa de *fumus boni juris*, consistente na possibilidade de êxito do apelo extremo, e de *periculum in mora*, que requisita a demonstração de risco de dano irreparável ou de difícil reparação decorrente de demora no deslinde do processo.

E, no presente caso, não estão suficientemente evidenciados os requisitos necessários à concessão de efeito suspensivo ao recurso.

Com efeito, tem-se entendido como razoável a concessão de efeito suspensivo ao recurso extraordinário da União de modo a possibilitar que o pagamento dos valores retroativos da anistia aguarde a definição sobre a ocorrência ou não da decadência do direito de anulação do ato administrativo. Vale dizer, busca-se evitar o pagamento de montante retroativo expressivo enquanto não há decisão definitiva sobre a validade do ato administrativo.

Ocorre, porém, que, na espécie, consta da ficha de acompanhamento processual desta Corte que o acórdão proferido na execução que estaria "na iminência ou já com precatório expedido" (ExeMS 11891/DF) transitou em julgado em 12/09/2014.

Assim, não vislumbro suficiente *periculum in mora* a autorizar o acolhimento do pedido com a atribuição de efeito suspensivo ao Recurso Extraordinário.

Ante o exposto, com fundamento no art. 1.029, § 5º, inciso III, do CPC, indefiro o pedido de tutela provisória.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente